

"Grande produtor não precisa de juros subsidiados"

O agronegócio brasileiro é um dos setores econômicos – se não for o maior deles – mais protegidos e subsidiados no Brasil.

Marcello Brito
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Fonte: Estado de Minas

Data da Entrevista: "28/01/2019"

Partilhar



O agronegócio brasileiro é um dos setores econômicos – se não for o maior deles – mais protegidos e subsidiados no Brasil. As taxas de juros, os prazos de financiamento e as condições de crédito para o produtor do campo foram as mais generosas entre os principais ramos de atividade no país. Mas a perspectiva de uma redução da presença do Estado na economia sinaliza novos tempos para esse mercado, o que será bom para o setor, segundo Marcello Brito, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Confira a seguir os principais trechos de sua entrevista:

Depois de viver um 2018 de recordes, qual é a perspectiva para este ano?

A perspectiva continua muito boa, apesar de já sabermos que teremos pequenos problemas de clima em algumas regiões. Estamos aguardando a entrada de um novo El Niño a partir do primeiro semestre, mas que deve ser leve, nada parecido com o que tivemos em 2015. Isso talvez possa impactar a produção do Norte e Nordeste do país. Ou seja, não estará na produção de cereais, mas pega a região de culturas perenes e outras culturas da região Norte e Nordeste.

O agronegócio está pronto para enfrentar uma estiagem mais forte na região Norte e Nordeste, e chuvas mais intensas no Sul e Sudeste?

Na verdade, nunca estamos prontos para enfrentar as mudanças da natureza. Mas, psicologicamente, estamos conscientes de que haverá efeitos do El Niño. A gente precisa aguardar para saber qual será o impacto sobre a produção nacional. Além disso, ainda existe uma certa dúvida sobre o plano safra que vai ser divulgado por esse governo atual. Sabemos que teremos de enfrentar um processo de reconstrução do modelo de financiamento do agronegócio nos próximos

anos. Não temos a menor dúvida disso. Existe uma expectativa em relação a essa divulgação. Mas são ansiedades que fazem parte da estrutura do dia a dia do agro. Somos uma atividade de risco, todo mundo já sabe. De qualquer forma, o agro brasileiro continua forte, continua crescendo, em várias regiões. Muitas tecnologias estão sendo aplicadas. Então, a expectativa é muito boa.

O que esperar dessa reconstrução do modelo de financiamento?

A melhor das expectativas é que no decorrer dos próximos anos a gente possa definitivamente desenvolver um modelo de seguro rural no Brasil. Não é possível que um país que está entre os maiores produtores agrícolas do mundo ainda não possua um seguro rural apropriado. Não falta dinheiro tanto no mercado nacional quanto de capital internacional para o financiamento e investimento na produção. O que falta no Brasil é segurança na produção. Quando nós nos comparamos com países livres no mercado agrícola, como Estados Unidos, é uma covardia. Lá, quando há um problema climático sério, o produtor não ganha dinheiro, mas ele também não quebra. O seguro cobre o investimento que ele fez. Aqui no Brasil, não. Quando temos um problema climático, praga ou doenças, o produtor rural rigorosamente vai à falência. Isso cria um círculo vicioso de perdão de dívida, de refinanciamento de dívida, que cria um setor endividado. Ou seja, se a gente conseguir desenvolver, nesses anos seguintes, um modelo de seguro rural, haverá uma estrutura de financiamento e investimento no agronegócio muito mais ativo e muito mais responsável com toda a população que paga os impostos no país.

Por que o Brasil não tem ainda um modelo eficiente de seguro, condizente com o potencial agrícola do país?

A ausência de cultura de seguro pode ser um dos pontos. Nunca houve, por parte dos participantes ativos nesse setor, um alinhamento nesse sentido. Mas agora há quase que unanimidade dos meios. Chegou a hora de, se realmente estamos partindo pra um governo liberal na economia, acabar com as distorções. O governo precisa extinguir as políticas de juros subsidiados para financiar quem não precisa. Os juros subsidiados devem ser mantidos para os pequenos, para quem realmente necessita para manter sua pequena produção, mas não para grandes produtores. Eles têm condição de pagar juros de mercado e competir igualmente desde que sua produção seja devidamente protegida por um seguro.

Essa questão de se criar um modelo seguro e eficiente para o agronegócio depende mais da iniciativa privada ou isso é uma responsabilidade do governo federal?

Depende de todos. O desenvolvimento pode ser feito por várias mãos. A regulação, como sempre, deverá ser feita pelo governo.

A expectativa de se ter um governo mais liberal abre perspectiva positiva para o agronegócio, um setor historicamente dependente de subsídios e de incentivos?

A dependência do agronegócio foi criada por esse ciclo vicioso do governo. Mas na hora que se abre o mercado, a necessidade de ferramentas de financiamento é suprida pelo setor privado. Acho que esse é o momento de liberalidade econômica e o momento de responsabilidade na utilização dos recursos brasileiros naquilo que realmente importa, naquilo que realmente interessa, de tudo que o Brasil precisa. Temos a convicção de que o agro nacional pode ser muito bem financiado dentro de um plano de conversão, com financiamento privado para a grande produção nacional.

Mas em todo o mundo o agronegócio é protegido e financiado por governos e bancos estatais.

São coisas diferentes. Os Estados Unidos têm um modelo agroindustrial muito bem sustentado em cima de uma projeção daquilo que precisa ser produzido para abastecimento e para exportação. Não se planeja grandes superávits. Além disso, há um modelo de seguro rural extremamente eficiente. Então, por isso eles são os maiores produtores mundiais de alimentos. Quando olhamos para o lado Europeu, é diferente. Lá, os produtores rurais são extremamente subsidiados. Mas eles não são grandes produtores. As políticas de defesa da produção agrícola estão baseadas em questões de segurança nacional e abastecimento interno. No Japão, por exemplo, o país mais subsidiado na agricultura no mundo, a agricultura representa quase nada no PIB. O mesmo acontece com a agricultura na Alemanha. Então, não podemos comparar esses países com o Brasil. São contextos e análises totalmente diferentes.

Uma eventual abertura da economia vai impactar como no agronegócio?

Vemos isso como algo positivo. A competência se estabelece na concorrência. É só lembrarmos das experiências extremamente negativas que tivemos com proteção de mercado décadas atrás. Quando o Brasil não se desenvolveu dentro daqueles setores, como no setor de eletrônica, ficamos para trás. Até hoje nós pagamos o custo de ficarmos tantos anos protegidos. Então, num primeiro momento, mesmo que se tenha uma concorrência bastante acirrada, a concorrência internacional estabelece competência. Está na hora de o Brasil estabelecer essa competência. Se nós quisermos aumentar as nossas exportações, obrigatoriamente nós temos que aumentar as importações. Esse é o jogo bruto do mercado internacional. Não podemos dar uma mão sem receber pela outra. Caso contrário, a coisa não funcionará e nós continuaremos a ser esse participante quase que insignificante dentro do comércio mundial. Apesar de ter crescido muito as exportações do agro, se a gente somar as exportações brasileiras como um todo, somos um representante completamente irrelevante, e fora do grande jogo mundial do comércio.

Uma das grandes críticas que se faz às exportações brasileiras é que o país aumentou muito as vendas de commodities, mas não agregou valor às exportações. Como resolver isso?

Não concordo com o tom pejorativo que se dá à exportação de commodities. O mundo se alimenta de commodities e ainda vai se alimentar por muitos e muitos anos. Então, dizer que um produto é dispensável ou de baixo valor, eu não concordo com essa afirmação. É afirmação de quem não conhece o mercado. A questão de agregar valor internamente, e não exportar a matéria-prima, é decorrente de acordos internacionais e da abertura do seu mercado. Um exemplo é o café. Enquanto somos os maiores produtores de café do mundo, é a Alemanha que ocupa a primeira posição no ranking dos maiores exportadores de café, sem plantar um único pé de café. Os alemães importam café do mundo inteiro, fazem os blend adequados e reexportam. Já o Brasil não pode fazer isso porque, pela lei, somos proibidos de importar café. Assim, não conseguimos fazer um café solúvel de alta qualidade, que requer um blend com muitos tipos de café. E aí os produtores de cápsulas, que fazem cafés 'blendados' no mundo inteiro, vão estabelecer as suas indústrias em outros países e não aqui no Brasil.

Então a saída seria rever essa política de veto à importação?

Todo o modelo de crescimento de exportação, de internacionalização do país e de elevação do grau de qualidade da produção nacional, depende da competição. Essa competição vem do mercado externo. Ou seja, vamos ter que nos abrir para o mercado industrial, no mercado de registros principalmente, e se abrir para a competição. De uma forma geral, de todos os setores da economia brasileira, o que mais abriu nos últimos anos foi o setor agrícola, mas ainda tem muito que abrir. Existem bilhões e bilhões de dólares lá fora esperando o momento certo para ser investidos no Brasil. A gente precisa melhorar esses entraves de proteção e também discutir, de forma mais moderna, a questão de investimento estrangeiro no Brasil. Proibir estrangeiros de investir em terras no Brasil é um contrassenso monstruoso. Cabe a nós fazer regulação adequada do nosso espaço territorial e não proibir que venha capital para investir no desenvolvimento do nosso país.